MACAU

E

A SEMANA DO ULTRAMAR PORTUGUÊS

DE

1951

EDITORIAL IMPÉRIO, LDA.-RUA DO SALITRE, 151 A 155.-LISBOA

A. DA SILVA REGO

MACAU

E

A SEMANA DO ULTRAMAR PORTUGUÊS

DE

1951

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA

MCMLI

PREFÁCIO

As páginas que se oferecem hoje ao público, escritas a pedido da Sociedade de Geografia de Lisboa, não são, nem querem ser, uma monografia sobre Macau. Se há colónias sobre as quais é difícil escrever qualquer monografia, Macau é certamente uma delas.

O fim deste opúsculo é outro: facultar, durante a Semana do Ultramar Português *deste ano de 1951, algumas ideias gerais sobre que se possam glosar palestras acerca daquele nosso vetusto e glorioso estabelecimento. Cingimo-nos escrupulosamente a esta finalidade e, de propósito, afastamos todo e qualquer aparato crítico, literário ou científico. A* Semana do Ultramar Português *tem o fim específico de interessar a juventude escolar nos nossos grandes problemas coloniais. Macau é o tema escolhido para este ano.*

Belo tema, com efeito. Hoje fala-se tanto do Extremo-Oriente, discreteia-se tanto sobre

a China, discute-se tanto a posição da Europa no Mundo, que faz bem — pelo menos à nossa saudade *lusitana — recordar o que* fomos *e o que* somos *em Macau. E chegar-se-á a esta conclusão: Macau, longe de degenerar, é bem digna dos seus maiores.*

CAPÍTULO I

GEOGRAFIA FÍSICA

1) SITUAÇÃO

No interessante e rico labirinto de ilhas, ilhéus e ilhotas que ornamentam a entrada no mar dos dois grandes rios do Sul da China, o *Rio de Cantão* ou *das Pérolas* (Tchü Kong) e *Rio do Oeste* (Si-kiang) distinguem-se duas cidades europeias: Macau e Hongkong. A primeira pertence a Portugal, desde 1557; a segunda à Inglaterra, desde 1841. As coordenadas macaenses são 22° 11' de latitude N e 122° 40' de longitude E.

Abundam os arquipélagos, as enseadas, os esteiros, as ilhas, etc., formando tudo um autêntico dédalo. Para o interior, a algumas horas de viagem apenas, situa-se a cidade de Cantão, a grande metrópole chinesa. Se hoje ainda Cantão ocupa lugar primacial na história e na economia chinesas, no Século XVI era a *cidade-sonho* de todos os comerciantes que frequentavam os mares orientais. Assim se explica o motivo da presença de mercadores portugueses na

periferia dos deltas, e a sua teimosia em não se afastarem muito da possibilidade de se introduzirem naquele grande empório comercial.

2) A TERRA

Quando se fala em *Macau*, entende-se geralmente aquilo que Portugal possui na costa sul da China. Compreende não só a cidade de Macau, mas também as duas ilhas da Taipa e Coloane. Há ainda três ilhas, vizinhas de Macau, e que estiveram em tempos na posse efectiva dos Portugueses, motivo por que o Governo mantém sobre elas justas reivindicações. Chamam-se: Ilha da Lapa, Ilha de D. João e Ilha da Montanha.

Parece ponto assente que Macau e as outras ilhas tiveram origem vulcânica. Abundam as elevações de terreno tanto em Macau como em todas as outras. A presença dos dois grandes rios, porém, dá o aspecto lodoso e de aluvião às terras baixas, muitas das quais constituem verdadeiras conquistas ao mar ou aos vários esteiros do delta.

A cidade de Macau não foge a esta regra; pelo contrário, confirma-a, porque ela não é bem hoje o que era há 30 ou 40 anos. Assim, em 1910, a península de Macau contava apenas 3.380 metros quadrados, mas em 1927, por causa dos aterros levados a efeito com a construção do novo porto exterior, passou a contar 5.422. É possível que hoje mais algumas centenas de metros quadrados se lhe tenham

já acrescentado [1]. A Ilha da Taipa sofreu igualmente algum aumento, passando de 1.980 metros quadrados (1920) para 3.478 em 1927. Coloane tem conservado a mesma superfície: 6.615 metros quadrados.

Temos, pois, o total duma superfície de 15.515 metros quadrados, distribuídos por Macau, Taipa e Coloane! A península de Macau, onde assenta a risonha cidade do Santo Nome de Deus, não irá muito além dos 5.422! E, se nos lembrarmos que é aqui, nesta longínqua e pequenina cidade, que se situa a *terceira* população citadina de todo o império português, logo a seguir a Lisboa e ao Porto, mais nós admiraremos a sua vitalidade e importância.

Macau visita-se em pouco tempo. Das *Portas do Cerco*, fronteira com a China, até ao forte de Santiago da Barra, seu extremo, são apenas uns quatro quilómetros; a largura máxima da península, na sua parte central, é de menos de dois quilómetros. Qualquer vila ou cidadezinha provinciana portuguesa se pode orgulhar de maior área.

A área, contudo, pouco importa aos Macaenses. O lodo, que lhes invade, paulatina e teimosamente, o seu espaço vital, é dragado não com menos teimosia e serve-lhes ainda para, com ele, irem conquistando novos metros quadrados ao mar fronteiriço. E, assim,

---

(1) O *Anuário de Macau* de 1950 refere-se, neste capítulo, às estatísticas de 1939.

surgiu uma das mais belas cidades de todo o império português.

Aqui se casaram admiràvelmente as duas civilizações: a ocidental e a oriental. Macau é, hoje, talvez, a mais interessante e curiosa cidade portuguesa. Aqui se encontram dos mais altos edifícios do império: o «Grand Hotel» com 11 andares, o «Hotel Oriental» com 10 e o «Hotel Central» com 12! Aqui vivem, lado a lado, duas cidades quase distintas: a cidade europeia e a cidade chinesa. Aqui se aglomeram igrejas vetustas e venerandas, vivendas luxuosas, palácios e casebres, armazéns moderníssimos e lojinhas metidas em desvãos de escadas.

A baía da Praia Grande, com as suas graciosas reentrâncias, as colinas da Penha, da Guia e do Monte, os jardins espalhados por toda a cidade, os campos de jogos, as escolas, o aspecto alacre e jovial da cidade, a convivência fraternal de Portugueses e Chineses, o antigo aliado ao moderno, e tanta coisa ainda que se poderia anotar, tudo isto forma uma série de *instantâneos* que se gravam na retina de todos quantos visitam Macau.

É esta a terra onde se ergue a *Cidade do Santo Nome de Deus de Macau.*

3) CLIMA

Houve tempos em que se falava mal de todos os climas ultramarinos. O de Macau não podia, evidentemente, escapar à regra geral. Hoje, contudo, pode

afirmar-se, com toda a verdade, que o clima de Macau é bom. É influenciado pela monção de *SW* e pela de *NE*, devendo ainda acentuar-se que outros ventos, oriundos do *N*, o estimulam também. A primeira monção, sobretudo, é notável não só pela quantidade de humidade que consigo arrasta, como também pelos tufões que durante ela costumam assolar toda aquela costa. Esta monção principia, regra geral, em Abril, e estende-se até Setembro. De Outubro até Março (monção de *NE*) vive Macau os seus melhores dias, comparados aos climas portugueses. A temperatura, que nos meses de canícula (Julho e Agosto) se elevou até 29 e 30 graus, ou até mais, mantém-se agora à volta dos 14 até 17. Quando o vento norte não açoita a cidade, vive-se em clima quase ideal. A quadra festiva do Natal passa-se em autêntico frio, sem, contudo, enregelar as pessoas. Os meses de Fevereiro e Março mantêm-se agradáveis e frescos, exactamente como convém a um inverno moderado.

Em Março principia, às vezes, a humidade a fazer-se sentir, e depois há que tê-la sempre em conta até o calor apertar, em Maio ou Junho. O trimestre que principia em fins de Março e termina em fins de Maio, pode considerar-se o *trimestre húmido* por excelência. É necessário ter, então, cuidado com roupas, calçado, livros, etc., porque a humidade, no seu líquido carcomer, tudo invade e tudo ensopa. Às vezes há a impressão de que se descortina a água a escorrer pelas paredes abaixo. Mas este fenómeno

dá-se também no nosso risonho Minho e noutras províncias ainda.

Em fins de Maio e princípios de Junho, Macau é alvoroçada pelo estrídulo e mónotono chichiar das cigarras. É o calor que se aproxima a passos agigantados. O mês de Maio é também o *mês das flores* e o mês de Junho pode bem comparar-se ao nosso mês dos santos populares. Entra-se a seguir nos meses quentes: Julho e Agosto, aos quais, por vezes, se associa Setembro. Os jornais, tanto de Macau como de Hongkong ou de Cantão, principiam a falar em *tufões*. Os olhares dos Macaenses voltam-se de vez em quando para as fortalezas do Monte e da Guia, a ver se descortinam os sinais convencionais a anunciar a aproximação dos temíveis furacões: «tufão que pode afectar a colónia»; «temporal provável de Noroeste»; «temporal provável de Sudoeste»; «temporal provável de Sueste»; «o temporal tende a aumentar»; «ventos de tufão de qualquer direcção».

Os habitantes habituaram-se, aliás, a pressentir a aproximação dos tufões: o céu carrega-se de ominosas nuvens; a brisa desaparece; a atmosfera esvazia-se pouco a pouco de tudo quanto é agradável; bandos de libélulas, popularmente conhecidas por *bichos-nunes*, invadem a cidade, aproximando-se muito da terra, como que a temer a ira futura dos elementos aéreos. E um sinal há que nunca falha: as dezenas, as centenas de barcos chineses, presos no largo mar pela faina da pesca, demandam apressadamente o porto interior, onde se acolhem e onde se

empilham, uns contra os outros, enlaçados ainda por fortes cabos, preparando a comum defesa.

Nas casas ou habitações particulares, tudo está igualmente a postos: trancam-se bem as portas, pregam-se as persianas ou as janelas, e procuram-se velas ou candeeiros de petróleo, porque é certo vir a falhar a iluminação pública.

E o tufão, esperado já e temido, sempre vem. Contam-se, felizmente, poucos tufões directos a açoitarem a linda cidade macaense, mas inúmeras vezes é ela vítima de *rabos de tufão*, ou da passagem do temível ciclone a bastantes milhas de distância. Os efeitos são sempre os mesmos: árvores arrancadas, postes telefónicos derrubados, algum casebre abatido, etc. Em 1927, o cruzador *República*, ancorado no novo porto de Macau, foi delicada mas forçosamente levantado por temerosos vagalhões e colocado, sem cerimónia alguma, fora dos molhes do porto abrigador. As caldeiras estavam felizmente acesas e o *República* pôde safar-se a tempo da crítica situação em que se vira.

Os tufões mais receados são os que se desencadeiam em Setembro. Parece que quanto mais tardios tanto mais ferozes são. O pior tufão, de que há memória em Macau, foi o de 22 de Setembro de 1874. A cidade sofreu ao mesmo tempo três flagelos: o de ciclone, o de parcial incêndio e o da pilhagem exercida por numeroso bando de piratas. Houve sério risco da cidade desaparecer de vez da face da terra. A violência do vento foi tal que os sinos

de várias igrejas, tangidos por ela, tocaram lùgubremente. Ainda hoje se celebra em Macau essa data: o Leal Senado vai, oficialmente, à Sé Catedral todos os anos assistir a um solene *Te-Deum* de acção de graças por a cidade haver escapado às três fúrias conjugadas.

CAPÍTULO II

GEOGRAFIA HUMANA

Não interessa, para o escopo deste capítulo, investigar a natureza das populações que, no passado, habitaram Macau. É necessário, contudo, dar uma visão de conjunto da actual população macaense.

Abrindo o *Anuário de Macau* de 1950, dele colhemos as seguintes informações:

a) Em 1910, havia em Macau 74.866 habitantes.

b) Em 1939, havia *245.194*.

Quer dizer: em cerca de 30 anos, a população terrestre e marítima de Macau aumentou em 170.328 habitantes.

1) POPULAÇÃO MARÍTIMA

A população de Macau divide-se, segundo os dados estatísticos, em terrestre e marítima. Esta divisão pode parecer curiosa e inédita a leitores portugueses. Mas, além disso, corresponde à vida real que se observa em Macau. A península de Macau tem dois portos bem distintos: o interior e o exterior. O pri-

meiro situa-se entre Macau e a Ilha da Lapa; o segundo enfrenta o Mar da China. O *porto interior* é mais abrigado, naturalmente, que o *porto exterior*, motivo por que se tornou, desde tempos imemoriais, o ancoradouro preferido das lorchas, juncos, *tankás* e mais embarcações de pesca.

É aqui, neste porto interior, onde vive a chamada *população marítima* de Macau. As embarcações chinesas diferem num particular das portuguesas. Nestas encontram-se por vezes beliches ou pequenos compartimentos onde se pode passar, em caso de necessidade, alguns dias e noites. Naquelas, o aspecto familiar salta logo à mais ligeira observação. Um *tanká*, pequena embarcação, sem quilha, destinada à pesca ou ao transporte de passageiros, movida em geral por um só remo, é uma autêntica moradia, onde vive uma família inteira. É aqui que as mulheres têm os seus filhos, é aqui que eles crescem e se educam, que sucedem aos seus progenitores na dura faina do mar, é aqui, finalmente, onde se desenrola toda a sua vida.

Isto observa-se ao longo de toda a vastíssima e rendilhada costa da China, devendo orçar por *vários milhões* a sua população marítima.

Citamos o exemplo dos *tankás* como sendo o mais típico e interessante. Depois disto, o que se passa a bordo dos *juncos* ou lorchas assume ares de perfeita naturalidade. Estas embarcações, com efeito, arrostam o mais bravio oceano, arriscando-se até aos mares de Malaca, de Java, do Sião, etc. Os Chineses

têm uma concepção de vida muito diferente da europeia. Em Portugal, por exemplo, seria desumano embarcar nos arrastões de pesca famílias inteiras. Ninguém ousaria expor, também, as mulheres e as crianças às intempéries do Atlântico, a bordo das traineiras, na sua faina piscatória.

Na China, porém, tudo isto é natural. Os *juncos* levam quase sempre várias famílias, e as mulheres não se pejam de ajudar seus maridos nas labutas da pesca e do mar. É por isso que o europeu, recém-chegado aos mares da China, não se cansa de observar os rostos femininos e infantis que se descortinam nos tombadilhos dos juncos altaneiros que regressam da pesca.

Esta convivência da mulher com o mar é, talvez, um dos mais profundos traços que vincam a psicologia feminina chinesa. Em tempos não muito distantes, tornaram-se internacionalmente célebres várias mulheres que, transformadas em chefes de piratas, tinham sob o seu mando verdadeiras esquadrilhas de juncos. E os homens não se envergonhavam de obedecer a chefes-mulheres. A escola do Mar tinha sido a mesma para eles e para elas.

Tudo isto explica, portanto, a existência em Macau de numerosa população marítima chinesa. Também esta aumentou. Em 1910 havia 17.120 habitantes marítimos, e em 1939 contaram-se 19.728. A diferença para mais é aqui apenas de *2.608*.

Este aumento, em quase 30 anos, indica, a nosso

ver, que as necessidades económicas da colónia não incitaram o natural excedente demográfico da população marítima — (e sabe-se que os Chineses são particularmente fecundos!) — a dedicar-se à pesca.

Várias causas se podem aduzir ainda como possíveis explicações deste fenómeno. Citamos duas: a facilidade em os rapazes chineses alcançarem condigna educação que lhes permita empregar-se noutros misteres, e a emigração. Abundam em Macau as escolas chinesas, onde se ministra ensino prático e barato. A emigração para vários países da América do Sul aumentou também muito no período situado entre as duas grandes guerras mundiais.

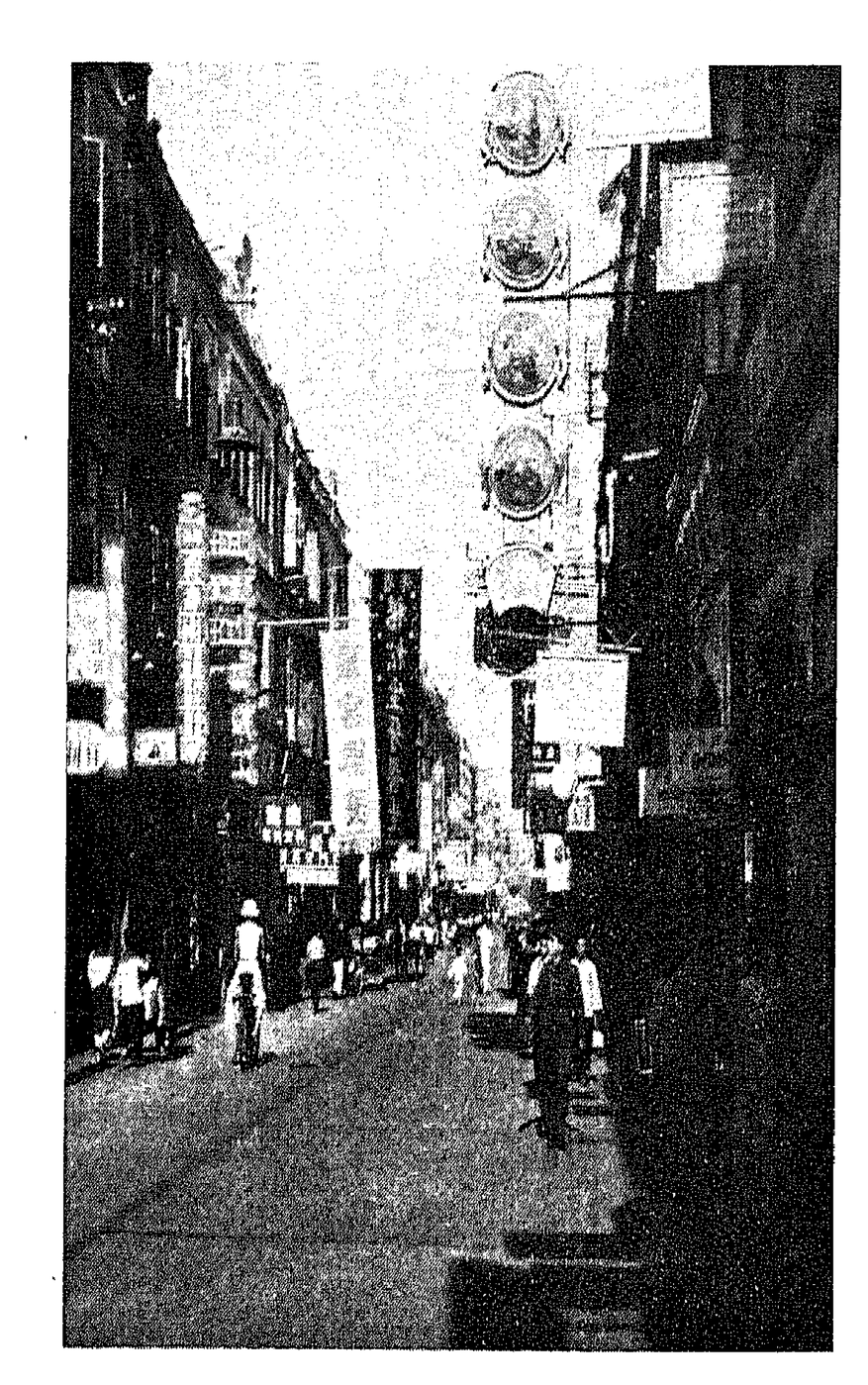
As populações das Ilhas da Taipa e Coloane sofreram também variações entre 1910 e 1939, mas sem grande influência no resultado global.

2) POPULAÇÃO TERRESTRE

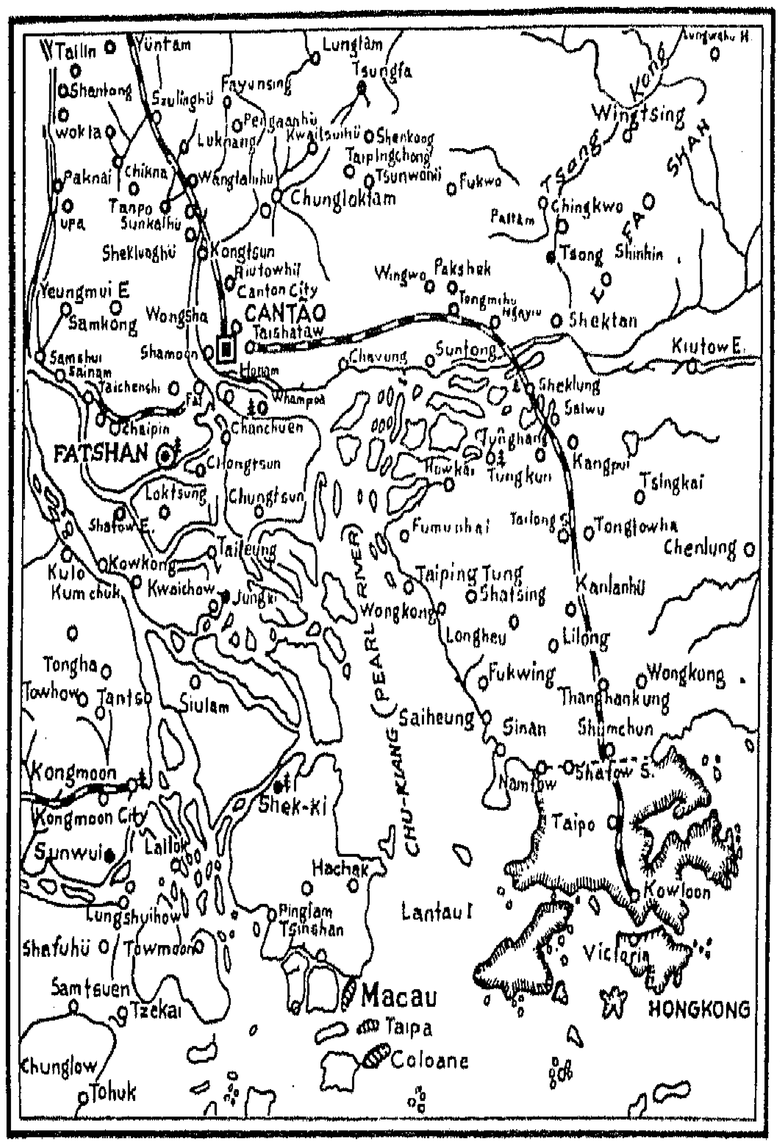
Esta, de 49.379 em 1910, passou para 212.225 em 1939. Da simples enunciação destes números surge imediatamente a pergunta: como é que a pequena península de Macau pode manter tanta gente?

Em Macau não há pràticamente agricultura alguma. Referimo-nos à existência de apreciáveis campos e hortas, capazes de fornecer meios de subsistência à população. Tudo vem de fora, desde as hortaliças à carne, desde o pão (que o Chinês não procura!) até ao arroz.

A indústria, como veremos adiante, é desenvolvi-



Avenida Almeida Ribeiro



Macau no Delta de Cantão

da, mas não explica esta superabundância de gente. O comércio parece o grande responsável por este desconforme aumento de população. O Chinês é essencialmente comerciante. Deve ser o melhor comerciante do mundo, batendo, com relativa facilidade, todos os seus concorrentes asiáticos ou europeus. Mais ainda: tanto lhe quadra o grande como o pequeno comércio. O capitalismo, com as suas exigências de técnica e de organização, não o amedronta; e o pequeno comércio, o pequeníssimo comércio, não o apouca. O fracasso não o faz naufragar, e sabe refazer a sua vida em novos moldes, em novas condições de luta.

Se a todas estas condições acrescentarmos a extrema frugalidade com que os Chineses podem viver; a paz e sossego que, em geral, as cidades costeiras europeias oferecem; a privilegiada situação de Macau no emaranhado delta de dois grandes rios, teremos talvez explicado o fenómeno populacional de Macau.

Durante a última guerra, Macau teve de abrir as portas a muitos milhares de refugiados chineses e europeus, e então a sua população roçou a cifra dos 400.000 habitantes!

3) POPULAÇÃO CHINESA E POPULAÇÃO PORTUGUESA

Em 1910 contavam-se 3.526 Portugueses e 67.732 Chineses; em 1939 os primeiros eram 4.174 e os

segundos 227.030. Por *Portugueses* devem entender-se não só os da metrópole como também os naturais de Macau.

A diferença para mais na população portuguesa é apenas de *648*, ao passo que sobe imediatamente a 164.298, quando consideramos a população chinesa. Os Macaenses sentem-se assim quase estrangeiros na sua própria terra, tal a concorrência que têm de enfrentar na consecução de empregos. Em tempos que já lá vão, eram eles os grandes empregados de escritório, não só em Macau, como também em Hongkong, em Xangai, em Kobe, Cantão, etc. Os seus serviços eram louvados em todo o Oriente e, por isso, mantinha-se contínua e persistente corrente migratória de jovens Macaenses que iam ganhar a sua vida e nela triunfar noutras terras e noutros climas.

O número de *648* pessoas a mais no censo de 1939, com referência ao de 1910, não indica, pois, retrocesso ou paragem demográfica. Significa apenas que Macau não podia manter, em empregos de escritório, as dezenas e centenas de jovens que, anualmente, abandonavam os bancos das escolas.

Este factor influi na formação da psicologia do jovem macaense. Habituado, por experiência ancestral, a ganhar a sua vida em empregos superiores, recusa-se, hoje ainda e apesar das dificuldades da vida, a dedicar-se a misteres considerados vulgarmente servis. É um gravíssimo problema, que não será cómodo resolver. A sua solução demorará, certamente, muitos anos.

Se considerarmos a população de Macau segundo os sexos, verificaremos que houve sempre e se mantém ainda hoje forte harmonia compensadora. Para 37.285 homens em 1910 havia 29.214 mulheres; em 1939, contaram-se 115.788 indivíduos do sexo masculino e 116.165 do feminino.

Estes números realçam o seguinte facto: em 1910 havia em Macau mais homens que mulheres; em 1939, pelo contrário, o censo acusou mais mulheres que homens.

CAPÍTULO III

GEOGRAFIA ECONÓMICA

1) INDÚSTRIAS

A principal indústria de Macau é, incontestàvelmente, a da pesca. Nela se ocupa toda a numerosa população marítima e nela ganha o seu pão ainda importante núcleo populacional de terra.

Esta indústria está organizada segundo tradicionais moldes adoptados na China. Há juncos, propriedade de indivíduos, mas a maior parte pertence a uma *casa de peixe* ou *lan*. Estas *casas de peixe* são autênticas empresas de carácter capitalista e mutualista ao mesmo tempo.

O censo das lorchas ou juncos, muitos dos quais não estão licenciados, costuma fazer-se todos os anos por ocasião do *Ano Novo Chinês*, época em que todas as embarcações se recolhem ao porto. Por meio deste censo verificou-se que em 1947 havia em Macau, Taipa e Coloane 1.765 barcos de pesca; em 1948, o número subiu para 1.912; e em 1949, finalmente, registaram-se 1.674.

O peixe é salgado por variadíssimas formas, mas a mais usual é ainda a primitiva de o estenderem ao sol. Há ainda hoje ruas em Macau, perto do porto interior, onde o transeunte pode assistir a este processo de salga. A indústria da pesca favorece bastante a construção naval, pois em 1949 havia 30 estaleiros em plena laboração.

Outras indústrias que merecem especial menção são: artefactos de malha, conservas, fósforos, óleos de amendoim, pivetes, panchões, toalhas, tabaco solto, tabaco preparado e vinho chinês. Os Chineses não apreciam os vinhos europeus, a não ser aqueles que mais se parecem com os seus. Em 1949 havia 49 estabelecimentos fabris que se dedicavam a esta indústria.

Os panchões ou *estalos da Índia* ocupavam em 1949 4 fábricas. Os Chineses celebram todas as suas festas com o queimar destes estalos. Os principais personagens que visitam Macau são sempre recebidos pela população chinesa com uma estrepitosa salva de alguns milhares de panchões enfiados uns nos outros e dependurados de altas torres de bambu especialmente construídas para o efeito.

Os pivetes, feitos em geral de sândalo, são imprescindíveis nas cerimónias religiosas chinesas e, por isso, muito procurados. Em 1949 havia 21 fábricas ocupadas na exploração desta indústria.

Note-se, finalmente, que neste mesmo ano havia 4 fábricas de fósforos. A fama dos fósforos de Macau chegou, desde há muito, até à Malásia e outras partes. Os Chineses cantonenses, isto é, da província de Cantão ou do *Kuang-Tung*, acham-se espalhados por toda a parte, por Singapura, Malaca, Java, Bornéu, etc. Nas suas relações comerciais com a mãe-pátria, atêm-se, muito naturalmente, aos produtos das suas terras de origem. É assim que se explica a exportação de peixe salgado de Macau, de fósforos de Macau, etc., para todos estes mercados, situados a tão grandes distâncias.

2) COMÉRCIO

O comércio de Macau depende do mar. O seu porto é franco, reservando-se apenas alguns impostos sobre certos artigos, como tabacos, vinhos, gasolina, petróleo, fósforos, etc. O distrito de Chong San, que outrora se chamava *Heong-San*, que forma por si só uma ilha, abastece-se de muitas mercadorias por intermédio de Macau, e é ainda por este porto que muitos dos seus produtos se escoam.

É intenso o comércio de Macau com Hongkong e outros portos ainda do sul da China, assim como alguns da Cochinchina, etc. As dragagens, ùltimamente efectuadas em Macau, permitem já o acesso de vapores de alto bordo, devendo esperar-se, para breve, a intensificação destes trabalhos.

É doloroso notar que o comércio entre Portugal e Macau tem sempre sido pràticamente nulo. Em tempos idos, sofríamos de falta de navios convenientes. Hoje, que a nossa Marinha mercante está em véspe-

ras de ser totalmente reconstituída, pode encarar-se o problema com certo optimismo. O comércio de Macau com Timor foi, noutras eras, bastante intenso. Quando em Timor abundava o sândalo, eram os juncos e os barcos de Macau que iam até Dili carregar o precioso lenho. Com o desaparecimento gradual daquelas árvores, diminuiu também o tráfego comercial.

Nos últimos 30 anos, várias tentativas se fizeram para reatar o comércio entre Macau e Timor, proveitoso para ambos. Macau poderia exportar artigos chineses, sedas, artefactos, etc., e receber, em troca, o óptimo café de Timor, de mistura com produtos agrícolas daquela nossa colónia. O grande problema de Timor não é a fertilidade do solo nem a dificuldade das culturas, mas sim encontrar mercados capazes de absorver os seus excedentes agrícolas. As duas economias — macaense e timorense — devidamente compreendidas e estudadas, completar-se-iam com facilidade.

O problema do comércio entre a Metrópole e as duas colónias de Macau e Timor parece entrar agora em nova e decisiva fase com a construção dos dois novos barcos *Índia* e *Timor*. O primeiro encontra-se já em serviço, e o segundo é esperado em breve no Tejo.

Em Macau constituiu-se, em 1947, a *Sociedade Oriental de Transportes e Armazéns* (SOTA) com o fim de fomentar a navegação e o comércio com Timor. Possui três barcos: *S. Manuel*, de 800 toneladas;

S. Gabriel, de 800 toneladas e *S. Rafael*, com 208 [1]. Esta Sociedade, terminado já o seu período de experiências, assumiu recentemente perante o Governo português o encargo de realizar algumas viagens anuais entre aquelas duas colónias. É para desejar que estas viagens se multipliquem.

Quanto ao comércio entre Portugal e Macau, não tem sido encarado até hoje com o carinho que merece, certamente por falta de transportes. Há inúmeros artigos portugueses que encontrariam em Macau óptimo e rendoso mercado. Referimo-nos, por exemplo, aos nossos algodões, lãs, chapéus, malhas, etc.

A navegação parece assumir hoje em Macau papel importante na economia da colónia. Desde 1947 fundaram-se, com efeito, seis sociedades ou companhias de navegação. É inútil salientar a importância destas empresas, pois é no mar que Macau tem, verdadeiramente, o seu futuro.

3) COMUNICAÇÕES

De nada serve a indústria, se não há comércio, e este estiola se faltam vias de comunicações. Referimo-nos já às possibilidades que o mar oferece a Macau, e mencionaremos nesta alínea as outras comunicações existentes na colónia.

---

[1] Obras e Melhoramentos efectuados em Macau no último triénio. Setembro de 1947-Setembro de 1950, pág. 64.

Há uma estrada que liga Macau com o território chinês. Esta estrada era, outrora, muito frequentada pelos Portugueses que visitavam o distrito de Chong-San, indo até Seak-kei. Hoje, mercê das actuais circunstâncias, essa estrada é frequentada apenas por veículos chineses que, apesar das dificuldades, mantêm os necessários contactos comerciais entre os territórios português e chinês. Tempos houve em que os Portugueses sonharam construir um caminho de ferro que ligasse Cantão a Macau. Foi sonho que se desfez, ao sopro de alheios interesses.

As comunicações entre Macau e as duas ilhas da Taipa e Coloane estão regulamentadas e regularizadas, havendo várias carreiras diárias que satisfazem bem as necessidades do público. Há muitos anos que se fala também numa ponte a ligar as duas ilhas, mas é de crer que dificuldades de vária ordem tenham impedido a sua efectivação.

Macau é também servida por alguns hidroaviões, havendo carreiras normais para Hongkong.

4) O PORTO DE MACAU

Disse-se já que o futuro de Macau está no mar. Esta verdade vem sendo apregoada há quase um século. A situação de Macau, na confluência de vários afluentes de poderosos rios, é deveras crítica, pois o assoreamento é contínuo e manifesto.

Em Macau, *a questão do porto* tem sido objecto de obrigatórias discussões por parte de todos quantos se

interessam pelo bem-estar da linda cidade. A princípio, havia duas opiniões apenas, mas a breve trecho surgiu uma terceira. A primeira opinião defendia a dragagem metódica e persistente do porto interior, como sendo o porto natural da colónia. Não valia a pena, segundo este parecer, gastar somas importantes na construção de outro porto que, com o tempo, acabaria por se assorear também; mais valia ter em constante serviço algumas dragas, encarregadas de manter o porto interior em constante e efectivo uso.

A segunda opinião advogava a construção do porto *exterior*, na Rada; a terceira, finalmente, queria que o porto se construísse em Coloane.

Como se sabe, prevaleceu a segunda opinião, mas verificou-se a profecia dos que defendiam o porto interior, porque os molhes que se construíram na Rada não puderam impedir o assoreamento.

Vários engenheiros deixaram os seus nomes ligados a estudos sobre o porto de Macau: Adolfo Loureiro em 1884; Castelo Branco, Vasconcelos Porto e Miranda Guedes em 1907-1909. O porto na Rada foi finalmente construído, sob a alta direcção do almirante Hugo de Lacerda de Castelo-Branco.

Os defensores do porto em Coloane olhavam apenas à situação privilegiada da ilha, mas esqueciam-se das enormes despesas a fazer-se não só com o porto, como também com as restantes obras necessárias para unir Macau a Coloane. Talvez um dia se possa lançar mão da ideia, mas dividindo-a em várias fases.

CAPÍTULO IV

A ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA EM MACAU

A administração — tomada no seu sentido genérico — descreve-se em poucas linhas:

a) administrativamente, dois concelhos, um em Macau e outro nas ilhas;

b) judicialmente, uma comarca dependente da Relação de Goa;

c) militarmente, tem uma guarnição variável, consoante as necessidades;

d) sob o aspecto naval, constitui um departamento marítimo da Marinha colonial;

e) municipalmente, o *Leal Senado* é a Câmara Municipal, com atribuições idênticas às das municipalidades metropolitanas;

f) sob o aspecto instrução, há um liceu nacional, um seminário eclesiástico, vários colégios e muitas escolas;

g) eclesiàsticamente, Macau é uma diocese do Padroado Português do Oriente;

h) finalmente, a colónia é dirigida por um governador, nomeado pela Metrópole, assistido não só pelo seu *Conselho de Governo,* como também por vários outros corpos.

1) SITUAÇÃO PARTICULAR DE MACAU

À primeira vista, pode parecer a colónia de mais fácil e tranquilo governo, não diferindo, aparentemente, de qualquer pequena cidade angolana ou moçambicana. Na realidade, porém, Macau deve ser a colónia de mais difícil administração, sem exclusão até do próprio Estado da Índia. Aqui, a população cristã e a população hindu equivalem-se em número e em importância, e a assimilação constante, praticada pela colonização portuguesa há séculos, limou quase todas as arestas. Em Macau, porém, a assimilação foi sempre mínima nos seus efeitos e, como se viu, a proporção dos habitantes portugueses para os chineses é ridìculamente pequena.

A população chinesa de Macau vive na cidade, acolhendo-se à benignidade do governo local, mas não se considera, salvo raríssimas excepções, enquadrada na orgânica portuguesa. Tem os seus usos e costumes, mantém as suas ideias particularistas a respeito de tudo, e espera continuar a ser governada, como antes, numa encantadora mas perigosa indecisão jurídica e administrativa. Noutras eras, quando a população se sentia descontente com os Portugueses, abandonava ostensivamente a cidade e ia para o

interior. Não procuremos aprofundar a forma como se realizava tal êxodo, porque não chegaremos a compreendê-la. A cidade via-se, assim, de um dia para o outro, transformada num deserto. Os Portugueses, sós e desamparados, viam-se sempre obrigados a *negociar* com as exigências chinesas.

Esta mentalidade não existe hoje, é verdade, mas conserva-se a mesma delicadeza das relações luso-chinesas. Sem falso patriotismo, pode afirmar-se que os Chineses não precisam de Macau, mas que Macau necessita dos Chineses.

Se todos os governadores coloniais acham espinhosos os seus cargos, os de Macau acham o seu espinhosíssimo, tantas são as surpresas que imprevistamente exigem solução rápida e patriótica. As duas mentalidades — ocidental e oriental — encontram-se ali, naqueles poucos quilómetros quadrados, e será desejar o impossível se não houver ocasionais choques e oposições. Até hoje, felizmente e graças a Deus, a vida tem decorrido com perfeita normalidade e entendimento, apesar de ocasionais divergências.

A política, seguida na China, reflecte-se imediatamente em Macau. É este um factor que se não pode esquecer. O habitante chinês, embora não *pratique* o que entre nós se chama *política,* sente-se preso à sua terra. São poucos, até, os Chineses que se dedicam à política, pois o povo prefere trabalhar sossegada e afincadamente para a consecução de riqueza, símbolo de felicidade.

Apesar disso, o povo chinês não renega os seus instintos gregários, deixando conduzir-se e influenciar-se tanto por homens como por ideias. A população chinesa de Macau, portanto, é, em geral, politicamente, o que é a China. Durante a Monarquia, era monárquica; com a República, tornou-se republicana; com a República nacionalista, adoptou hábitos nacionalistas; e, agora, com a República comunista, não sente pejo algum em *parecer* comunista. É possível que neste mundo de rótulos baralhados, o povo chinês seja apodado de comunista durante bastantes anos, embora ele seja, natural e atàvicamente, contrário ao credo comunista. A população chinesa de Macau, mais do que ninguém, conhece bem a diferença entre o comunismo de exportação e o de consumo interno. Por isso, apesar de todas as aparências, não há motivos para injustificados alarmes.

Julgamos necessárias estas considerações para salientarmos a delicada situação existente em Macau e para justificarmos também a afirmação de ser Macau a colónia de mais difícil governo.

Passamos agora a incidir a nossa atenção sobre dois aspectos da vida macaense: a assistência e a educação.

2) A ASSISTÊNCIA EM MACAU

A *assistência* reveste em Macau particular importância. Em primeiro lugar, é necessário não fazer distinção de pessoas, protegendo e amparando naturais e forasteiros, Portugueses e Chineses, cristãos ou não-cristãos, membros da população terrestre e da marítima. Em segundo lugar, a *assistência* bem organizada tem sido sempre um poderoso argumento a favor da simpatia e da amizade luso-chinesa.

Não se esqueça que se encontram ainda, em algumas camadas do povo chinês, restos da antiga xenofobia, sentimento que as actuais circunstâncias políticas chinesas parecem favorecer. Há apenas uma forma de combater esta xenofobia: praticar o Cristianismo e o Evangelho em toda a sua extensão e profundidade, isto é, «dar de comer a quem tem fome», «beber a quem tem sede», «vestindo os nus», etc., etc.

Tem sido este o pensamento orientador de toda a política desenvolvida em Macau pelo Governo português. Macau pode vangloriar-se hoje da bem conquistada fama de ser «um oásis de paz» no Extremo-Oriente, seguindo, até nisto, o exemplo da distante mãe-pátria. Nos últimos anos, sobretudo, as *Portas do Cerco*, fronteira de Macau e do território chinês, estiveram sempre patentes a todos os refugiados e desditosos. Não se fizeram cálculos mesquinhos, nem se pensou em manter orçamentos equilibrados. Urgia valer à miséria e à indigência, e as nossas *Portas*, feitas para se abrirem e não para se fecharem, acolheram amigàvelmente todos quantos vinham procurar, sob a égide da bandeira portuguesa, a paz e a tranquilidade.

Para se avaliar da obra da assistência em Macau,

nos últimos anos, basta meditar um bocado nos seguintes números:

a) Em 1497 gastaram-se em obras assistenciais $557.299.82 (1).

b) Em 1948, custaram elas $832.034.72.

c) Em 1949, o total das despesas subiu a $1.139.301.91.

d) Em 1950, o orçamento para as mesmas obras foi de $1.094.704.00.

Eis a lista das instituições mantidas ou subsidiadas ao menos pela *Comissão Central de Assistência Pública:* Casa dos Pobres com 4 secções: secção de crianças dos 2 aos 5 anos, secção de crianças dos 5 aos 10 anos, secção de inválidos portugueses e secção de inválidos chineses; Casa de Regeneração; Casa de Assistência, para meninas chinesas; Casa de Beneficência para meninas portuguesas; Casa de Protecção para meninas chinesas; Asilo de S. Francisco Xavier, para inválidas; Colégio D. Bosco, para rapazes; Asilo das Inválidas e cozinha económica; Albergue; Dispensário de Saúde e Higiene; Leprosarias.

Não faltam em Macau ilustres e generosos filantropos chineses que distribuem parte das suas fortunas por todas estas e outras obras de assistência,

(1) Leia-se: «557.299 *patacas* e 82 avos». A pataca orça pelos 6$50.

sobretudo hospitais. Existe entre eles — lídimos representantes da comunidade chinesa — e o nosso governo perfeito entendimento. Mais ainda: são considerados verdadeiros amigos e colaboradores, convivendo com os Portugueses, como se de amigos velhos se tratasse.

Tudo quanto em Macau se possa fazer a favor da *assistência* será bem feito, porque será por este meio que os Chineses mais apreciarão os benefícios da presença portuguesa em Macau.

Abundam as associações particulares chinesas que visam também a assistência pública, mas são tantas as necessidades e é tão numerosa a população chinesa de Macau, que todos os esforços são bem-vindos e todas as iniciativas recebidas com entusiasmo.

Quanto à instrução, pode Macau orgulhar-se de ser uma das cidades do império português onde ela se encontra mais espalhada. Há, como se disse já, um liceu nacional, que dá acesso aos cursos superiores da Metrópole. Não faltam em Lisboa e Coimbra, principalmente, distintos alunos oriundos do *Liceu Nacional Infante D. Henrique.* O seminário de S. José de Macau, gloriosa instituição eclesiástica macaense, mantém com brio as suas velhas tradições. Há uma escola comercial, muitas escolas primárias, infantis, escolas luso-chinesas, instituições particulares com intuitos educacionais, etc. Entre os Portugueses (isto é, entre os Macaenses) não há

analfabetos, e entre os Chineses poucos haverá também.

Este facto, por si só, explica muita coisa que se passa em Macau e que provoca a atenção dos visitantes: o nível de vida é relativamente elevado, entre os Portugueses, e todos eles se habituam, desde meninos, a certas comodidades que noutras partes se classificariam como desnecessárias. O nível de vida, entre os Chineses, varia muito: há-os ultramilionários, e há-os paupérrimos. Os primeiros vivem, naturalmente, no luxo que desejam, mas os segundos, conformados com o seu parco viver, não murmuram da vida por isso.

A educação é barata e encontra-se generalizada. Não são raros os casos de adultos quase analfabetos, chegados da Metrópole, se lançaram ao estudo e atingirem elevado grau de cultura. No seminário de S. José estudavam, há uns 25 anos, bastantes soldados e marinheiros que se preparavam assim para melhor futuro.

O meio de Macau favorece a educação e afasta o analfabetismo. Todos se sentem inclinados a ler, a estudar, a melhorar as condições culturais. Não faltam em Macau interessantes iniciativas de interesse artístico ou cultural. Têm-se publicado em Macau valiosas revistas, como *O Oriente, Renascimento* e a actual *Mosaico*. Abundam os jornais, tanto portugueses como chineses. Tempos houve em que se contavam em Macau, além de dois semanários portugueses, um diário em português e cinco em chinês.

A velha cultura macaense continua bem patente no actual *Círculo Cultural de Macau,* ao qual se devem importantes e básicas iniciativas. A sua revista, *Mosaico*, pode comparar-se, sem favor, às boas revistas culturais portuguesas. O *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* há muito já que conquistou merecido renome.

CAPÍTULO V

UM POUCO DE HISTÓRIA...

A história de Macau pode dividir-se, para comodidade do leitor, nos seguintes períodos:

1) 1557 (data da fundação) até 1583.
2) 1583 (fundação do Leal Senado) até 1834.
3) 1834 (época liberal) até ao presente.

Vejamos, muito ao de leve, a vida de Macau em cada um destes períodos.

1) DE 1557 A 1583

a) *Fundação de Macau*

Após a conquista de Malaca, em 1511, os Portugueses, que já tinham travado amigáveis relações com os Chineses, não tardaram em alongar-se, a bordo dos seus navios, até aos mares distantes da China, o lendário país das sedas. Estabeleceram várias feitorias ora numas ilhas, ora noutras, mas

sem conseguir os seus reais intentos, que era fixarem-se ao pé de Cantão, a grande metrópole do sul. Jorge Álvares, Fernão Peres de Andrade, Tomé Pires, Martim Afonso de Melo, Fernão Mendes Pinto e outros rondaram, com insistência, a rendilhada costa chinesa, sem grande êxito, afinal. Podiam visitar Cantão, podiam comerciar em semiliberdade, mas bastava qualquer pequeno incidente para deitar tudo por terra.

Os *bárbaros do Ocidente,* desconhecedores ainda da mentalidade chinesa, pareciam não adiantar muito no seu conhecimento. É que a China era na altura uma enorme incógnita. Foi-o sempre, aliás, e hoje vê-se que há verdadeiramente qualquer coisa na alma chinesa que escapa à mais cuidadosa observação ocidental.

A China era um país desmesuradamente grande. Tinha tudo quanto lhe era necessário para viver. As suas costas marítimas, prolongando-se por milhares de quilómetros, deviam encaminhá-la para o mar, para o desconhecido, para a aventura. Era um postulado geográfico. Mas, na China, não valiam os postulados geográficos, tal como a Europa os entendia. Pelo contrário: o alto mar nunca entusiasmou a alma chinesa.

A China vivia em paz, desde longos anos. O seu Governo, estabelecido em Pequim, divinizado na pessoa do rei, estendia a sua influência a todos os recantos do território. Os Chineses consideravam-se o centro do Mundo, não só físico, mas também espi-

ritual. Para lá da China, situava-se a barbárie, a ignorância, a incompreensão.

Os juncos chineses aventuravam-se, é certo, até à Malásia, donde traziam as *especiarias* mais apreciadas pela aristocracia: a pimenta, a canela, o cravo, etc. Além disto, carregavam igualmente sândalo e outras madeiras odoríferas. Foi em Malaca, por sinal, que se deu o primeiro contacto entre Chineses e Portugueses. Estes apareceram imediatamente aos olhos daqueles como *bárbaros,* mas *bárbaros* de certo interesse: eram arrojados, bons navegadores e comerciantes.

Quando os *bárbaros,* porém, tentaram proceder na China como procediam noutras partes, encontraram panorama diferente, e, durante muitos anos, tiveram de se contentar com o comércio clandestino, praticado com o consentimento das principais autoridades marítimas chinesas. Afinal, lucravam todos, Portugueses e Chineses, e não havia perigo de infiltração estrangeira na China, a perturbar a secular paz lá existente. Este comércio era, em geral, feito em ilhas: ora aqui, ora acolá, à mercê das circunstâncias.

Em 1542, chegou a Goa o Padre Mestre Francisco Xavier, da Companhia de Jesus. Vinha estabelecer no Oriente as missões jesuítas. Não era um simples missionário, chefe de missionários. Era amigo íntimo do fundador da Companhia, Padre Inácio de Loyola;

era amigo e conselheiro de D. João III, rei de Portugal; era, finalmente, núncio do Santo Padre. Xavier não podia, pois, limitar a sua acção à índia. Foi às Molucas, e, nas suas andanças orientais, foi ao Japão. Aqui, deixou-se conquistar pela nobreza da alma nipónica, pelo carácter japonês, pela seriedade dos métodos de vida, pelo ambiente que naquelas longínquas ilhas se respirava. E, perante este novo mundo que ante si se desenrolava, Xavier lançou-se imediatamente à obra. Discutiu com bonzos, avistou-se com o «*imperador*», infiltrou-se no ânimo de vários senhores feudais, fez o possível e o impossível para converter o Japão.

Após algum tempo, descobriu ele o motivo real do seu aparente insucesso: é que os Japoneses, sinceros admiradores dos Chineses, não compreendiam o motivo por que estes não tinham ainda conhecimento do Cristianismo. Se a religião cristã, com efeito, era aquilo que Xavier lhes pregava, por que é que os Chineses a não praticavam?

Xavier não tentou aprofundar mais nada e concluiu imediatamente pela necessidade de evangelizar os Chineses. Convertidos estes, o Japão converter-se-ia também.

Mas como penetrar na China? Xavier, em Goa, discutiu o assunto com os seus amigos. Havia uma forma apenas de ele lá entrar: como membro duma embaixada. Escolheu-se o embaixador: Diogo Pereira, grande e velho amigo do santo jesuíta. Prepa-

rou-se tudo, não se esqueceram os necessários presentes, adestrou-se o escolhido pessoal e lá partiu a embaixada portuguesa, em direcção à China. Em Malaca, porém, a teimosia e a maldade do capitão D. Álvaro de Ataíde da Gama fez desvanecer todos os sonhos tecidos à volta desta embaixada. Não houve meio de o demover do seu quase criminoso intento.

Xavier, desgostoso, resolveu então *in extremis* penetrar na China, custasse o que custasse. Partiu para a ilha de Sanchuão, onde, naquela altura, os comerciantes portugueses se encontravam com os chineses para o seu comércio clandestino. Daqui, ser-lhe-ia fácil peitar qualquer embarcação chinesa que o depusesse no continente, não muito distante. Depois... seria o que Deus quisesse.

Deus, porém, chamou-o à sua presença nesta mesma ilha. Lá morreu, com os olhos fitos naquela China imensa, chave da conversão do povo japonês, caminho para a sujeição do Oriente inteiro ao suave jugo do Crucificado!

Xavier morreu em princípios de Dezembro de 1552. Ninguém mais pensava na China, a não ser no velho comércio clandestino. Mas eis que um facto se produz em 1554 que modificou radicalmente a atitude chinesa para com os antigos Portugueses. Leonel de Sousa, *morador* de Chaul, não se contentou com o comércio das ilhas; subiu até Cantão, concluiu um acordo comercial com os Chineses e abriu, final-

mente, as portas do grande reino à influência portuguesa. Os Portugueses, antes de denominados *homens do diabo,* passaram num instante a chamar-se *gente da outra costa.* Não faltou quem visse nesta surpreendente reviravolta a influência de S. Francisco Xavier que, do céu, favorecia novas e ousadas tentativas!

Passou-se isto, como vimos, em 1554. Os Portugueses continuaram a frequentar as costas da China. Os Chineses não os evitavam já, procuravam-nos, esperando o regresso dos seus altaneiros «juncos», porque a seu bordo vinham preciosas mercadorias da Índia, da distante Malaca, do Pegu, etc.

E foi assim que desta amizade surgiu o estranho convite feito aos mercadores lusitanos: «Não poderiam, por acaso, ajudar os Chineses no extermínio de alguns bandos de piratas que infestavam aqueles deltas?»

Os Portugueses, lembrados ainda da antiga antipatia e xenofobia, aceitaram, pressurosos, o apelo. Os piratas foram definitivamente batidos, aquelas paragens varridas dos seus juncos e a ameaça constante sobre a própria cidade de Cantão desfeita.

Macau — porto da deusa Amá *(Ama-ngau)* —, pequenino apêndice da ilha de Heung-San, ponto perdido no delta, tornou-se de tal forma a permanente feitoria dos Portugueses. Os seus amigos Chineses aceitaram-nos como vizinhos, como amigos, como aliados. Ninguém pensou então em questões de soberania, em melindres de ordem política, em coisas estranhas à mútua compreensão que então reinava entre uns e outros.

Assim nascem, por vezes, as cidades. Assim nasceu Macau.

Quais os títulos por que Macau pertence, pois, a Portugal?

Sobre este assunto e examinando a questão da chamada *chapa de oiro,* documento em que se exararia a concessão de Macau, por parte da China, aos Portugueses, escrevemos no nosso livrinho *A Presença de Portugal em Macau,* págs. 27-29:

«Macau poderia ter sido obtida pelos Portugueses de quatro formas:

a) Contra vontade dos Chineses.
b) Com o consentimento do vice-rei ou dos Mandarins de Cantão, mas sem o beneplácito de Pequim.
c) Com o consentimento das autoridades de Cantão e de Pequim.
d) Com licença directa do rei da China.

As duas primeiras cessões seriam certamente inválidas. A primeira, sobretudo. A segunda hipótese poderia admitir-se, caso se tratasse da cessão dum terreno a qualquer particular. Não se tratava, porém, disso. Os segundo e terceiro modos seriam, por conseguinte, os únicos válidos. Procedendo por par-

tes, afastaremos assim a primeira hipótese, dado o carácter de permanência com que se coloriu logo de início o estabelecimento de Macau. Por este mesmo motivo, afastaremos a segunda hipótese. Julgamos que a quarta hipótese dificilmente se poderia verificar num país fortemente hierarquizado como a China. Os Portugueses não dispunham de meios para tratar directamente com o rei chinês ou com a corte de Pequim.

Por exclusão de partes, por conseguinte, entendemos que se deve adoptar a terceira hipótese. O rei, evidentemente, não poderia agir directamente sem informação do seu vice-rei de Cantão. Os Mandarins ou autoridades cantonenses não poderiam também proceder em matéria de tão graves consequências sem licença superior da corte de Pequim. Nenhuma autoridade de Cantão ousaria permitir o estabelecimento dos Portugueses em Macau contra o beneplácito da corte. Os vice-reis eram frequentemente mudados. Além disso, a tradição chinesa opunha-se a tudo quanto viesse quebrar a feliz harmonia e disciplina do país.

A cessão de Macau, por conseguinte, deve basear-se em qualquer documento ou chapa. Caso contrário, os Portugueses seriam uns intrusos, comparáveis aos piratas chineses ou aos japoneses que, feitos corsários, desciam sobre as costas da China, não só para levarem a cabo o seu comércio clandestino, como também para o roubo ou o corso directo.

É por isso que não nos custa nada a acreditar na

existência duma chapa de ouro, perdida, segundo toda a probabilidade, pela qual os Portugueses eram autorizados a estabelecer-se, independentemente das leis chinesas, em Macau. Julgamos até imprescindível admitir a existência desta chapa. Do que se pode duvidar é do seu conteúdo, das condições impostas, ou dos privilégios concedidos aos estrangeiros, que acabavam de prestar relevantes serviços ao bem comum.

É de supor que seria orientalmente laudatória do feito lusitano. E é também muito provável que pouco ou quase nada dissesse a propósito da questão que actualmente nos interessa. O que importava na ocasião era manifestar a satisfação chinesa pela derrota dos piratas, levada a bom fim pelo auxílio português, e assegurar aos belicosos comerciantes as transacções feitas à sua vontade num lugar certo e determinado, onde eles se pudessem reger pelas suas leis. Como geralmente acontece, se bem que pese à impaciência dos historiadores, o documento lidaria com um facto presente e não com a vária interpretação que no futuro lhe dariam».

Eis, pois, as condições em que se fundou Macau: estabelecimento *sui generis*, inteiramente diverso de todos quantos ensaiáramos já na África, na Índia, na Malásia e nas Molucas.

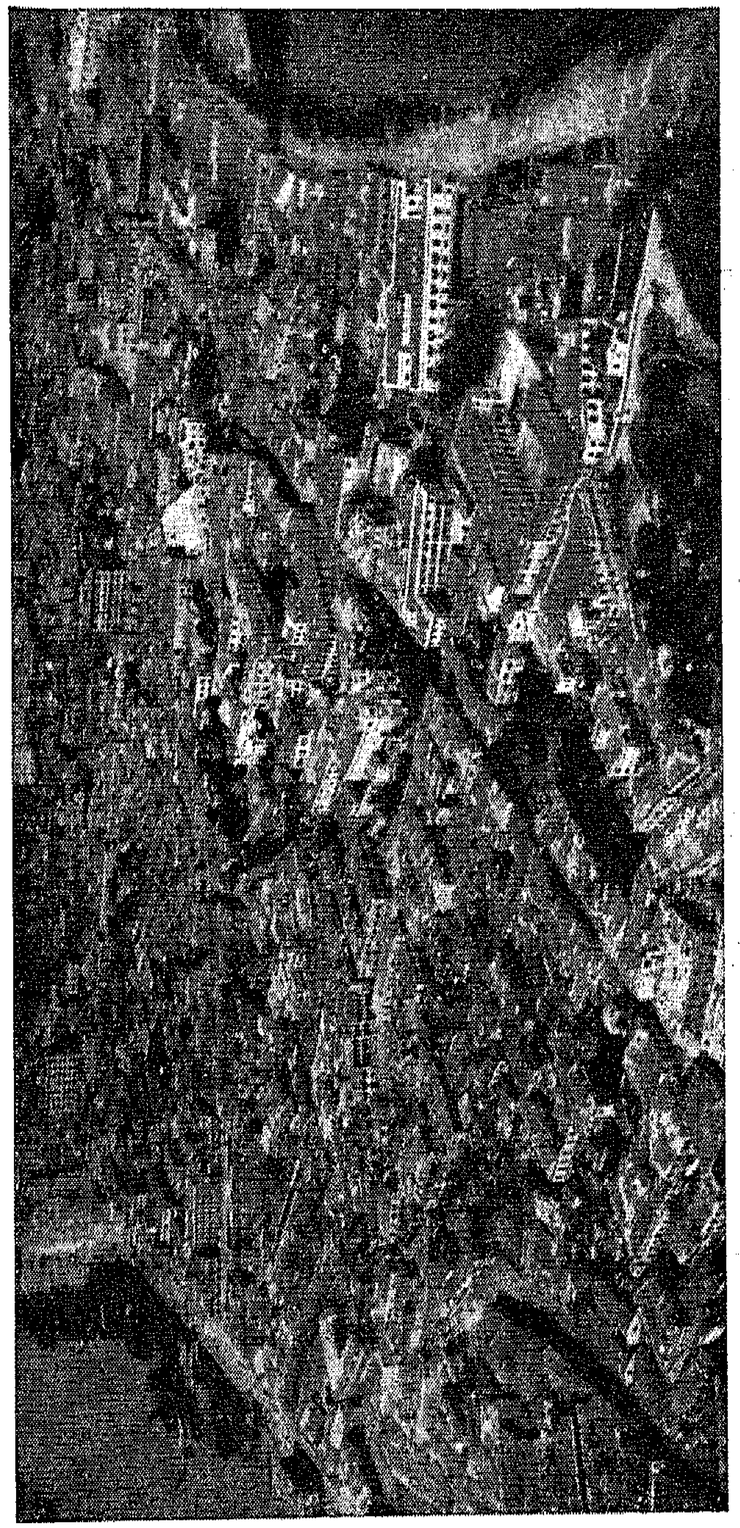
Quem seria o primeiro chefe de Macau, o primeiro capitão, o primeiro governador? A resposta não deixa de ter o seu interesse: o mesmo *Diogo Pereira*, que antes fora embaixador nomeado para ir até

Pequim, o mesmo grande amigo de Xavier. Haverá aqui, neste facto, qualquer coisa superior a simples coincidência?

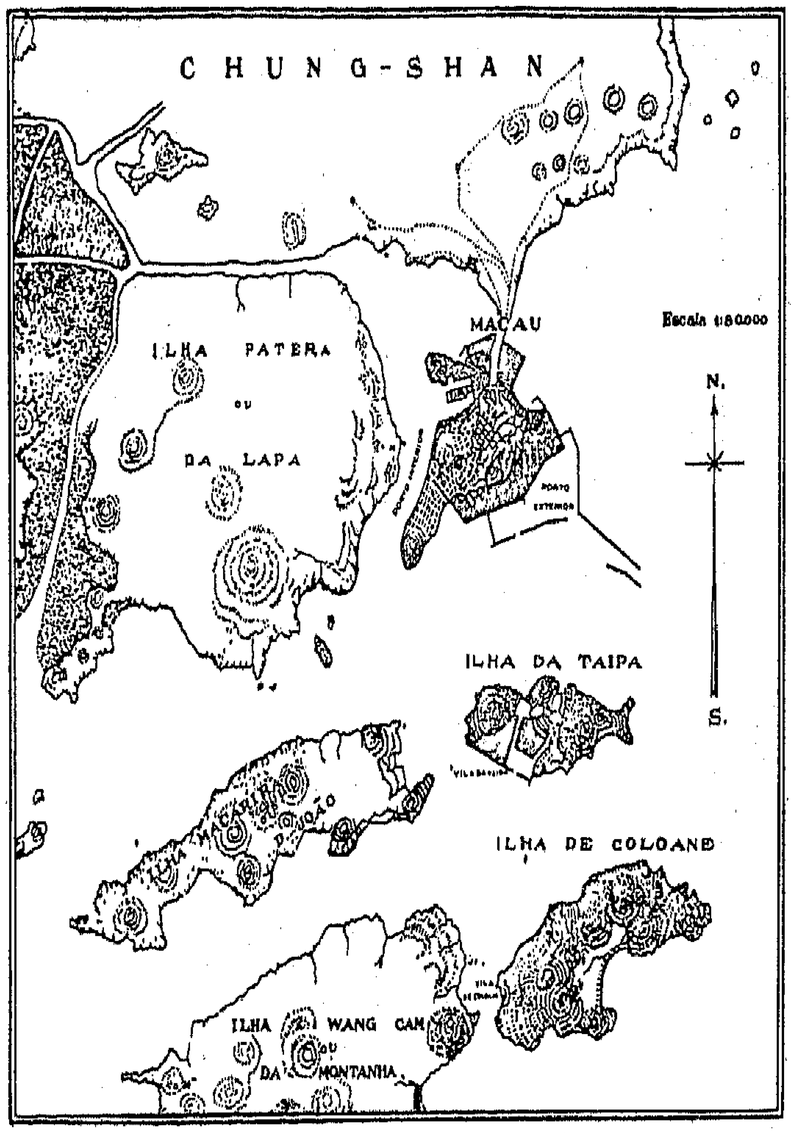
O Governo de Macau passou a ser exercido por este *capitão da terra*, ajudado por dois outros comerciantes. O *capitão do mar*, ou da frota comercial que frequentava os mares da China e do Japão, também era consultado e, por vezes, assumia igualmente o mando.

Era o povo de Macau quem elegia o *capitão da terra* e os seus colaboradores. Geogràficamente subordinado a Goa, o novo estabelecimento prosperou por si só, mercê das especialíssimas circunstâncias em que se encontrava, pois era o centro comercial europeu no Extremo-Oriente, o mercado dos produtos orientais e europeus. Por Macau passavam as naus do Japão e da China e, na sua passagem, deixavam riqueza, muita riqueza.

Os anos passaram-se e os Chineses esqueceram-se das condições em que haviam cedido Macau aos Portugueses. A riqueza acumulada na pequena península, por seu lado, era forte incentivo para a sua cobiça. Assim principiaram as intromissões dos Mandarins, as exigências feitas por tudo e por nada aos pacíficos habitantes macaenses, toda a série, enfim, do que em Direito Internacional se chama *servidões internacionais*. Macau, dependente da China quanto aos seus abastecimentos, teve que se dobrar uma e



Vista aérea do centro da Cidade



Macau e as ilhas vizinhas

muitas vezes a todas as arbitrariedades dos Mandarins vizinhos. Quando havia veleidades de resistência, os Chineses, solícitos e sorridentes, proibiam a entrada em território português de arroz, carne, hortaliças, etc. Poucos dias depois tudo voltava à normalidade.

Ao longo de séculos, como veremos, verificou-se apenas *um* incidente sério. Todos os outros se resolveram nos bastidores, entre emissários sentados à volta duma mesa de chá, discutindo os encantos do tempo, desfazendo-se em mútuas mesuras de cumprimentos infindos. Na China, os Portugueses sabiam também negociar à chinesa!

2) DE 1583 A 1834

Em Goa sabia-se da existência de Macau e os vice-reis ou governadores, perfeitamente informados das condições especiais em que o estabelecimento vivia, concordavam com tudo quanto o *triunvirato* executava. Com a união pessoal de Portugal a Castela, porém, modificou-se todo o vigente condicionalismo.

Em Macau, a notícia da submissão da coroa portuguesa à de Castela foi recebida com justificado alarme e ansiedade. Que fariam os Chineses, caso tomassem conhecimento do que em Portugal se passava?

É que os Castelhanos não eram bem vistos na China. Estavam eles nas Filipinas e, mais conquistadores que comerciantes, não escondiam até os seus

desígnios de conquistarem (!) a China. Os Chineses sabiam disto e, naturalmente, impediam a todo o transe a sua entrada no seu território. O comércio estrangeiro tinha de ser feito por Macau e só por Macau. Dos Portugueses e da sua pequena colónia nada receavam os habitantes do Celeste Império.

Que fazer, pois, em tão críticas circunstâncias?

Os habitantes macaenses dividiram-se em dois grupos ou partidos: um favorecia o imediato reconhecimento da união pessoal; o outro, mais patriota, combatia-o, baseando-se sobretudo em motivos de ordem local. Seria convidar os Chineses a invadirem e arrasarem a pequena cidade, caso tal reconhecimento se proclamasse. Mais valia adoptar um meio-termo de compromisso: nem hostilizar a união pessoal nem a reconhecer abertamente em Macau.

Este partido, chefiado por D. Leonardo de Sá e pelo próprio bispo D. Melchior Carneiro, conseguiu aliciar a maioria dos habitantes, e assim se fez. Eis o motivo por que Macau nunca reconheceu a soberania dos Filipes. Em Goa, houve o bom-senso de se admitir a prudência desta simples atitude e ninguém se lembrou de *castigar* a insubmissa Macau! A insubmissão, como se vê, era mais aparente que real.

Em Macau, passados os primeiros momentos de justificado alarme, pensou-se muito a sério na ma-

nutenção do estranho *statu quo*, justificando-o aos olhos dos Chineses e dando-lhe bases jurídicas.

Sob a inspiração do patriótico bispo D. Melchior Carneiro, fundou-se o *Leal Senado*, composto de dois juízes, três vereadores e um procurador. A presidência seria exercida ou pelo bispo, ou pelo *capitão da terra*, sendo um e outro assistidos na mesma pelo *Ouvidor*, cargo criado em 1580, com funções judiciais.

Tratava-se duma autêntica municipalidade, seguindo moldes metropolitanos. O *procurador* tornou-se o representante oficial da cidade perante as autoridades chinesas, e o governo de Pequim, longe de receber a inovação com suspeitas ou mais exigências, elevou até o procurador à categoria de *mandarim*, conferindo-lhe jurisdição sobre os Chineses de Macau. Esta concessão do rei Chin-Tsong (Van-Li) não provocou reacções desfavoráveis em Macau, nem os edis portugueses julgaram menos patriótica a aceitação de tais honrarias.

O *Leal Senado*, fundado em 1583, governou Macau até 1834. D. Francisco de Mascarenhas, vice-rei da Índia, aprovou a formação da municipalidade e Filipe I concedeu aos Macaenses as mesmas regalias de que gozava a vetusta cidade de Évora.

O *ouvidor*, como supremo juiz da cidade, e o *procurador*, como representante dos interesses municipais junto do Governo chinês, eram os principais cargos. O *capitão da terra*, por seu lado, arrogava-se, às vezes, poderes algo discricionários, e o *bispo* exer-

cia sempre a sua autoridade moderadora, a compor as várias tendências que dentro da cidade se manifestavam.

O *Leal Senado*, gozando de poderes políticos, judiciais e administrativos, era *eleito* por três anos, mediante sufrágio directo. Quer dizer: em plena monarquia absoluta em Portugal e suas dependências, Macau governava-se por um figurino puramente *democrático*, diferente de todos os outros. Por sarcasmo histórico, esta situação terminou apenas com a implantação do *regime liberal*. Este, longe de conferir qualquer aumento de *liberdades*, submeteu a distante colónia à geométrica e restrita concepção colonial então adoptada!

O aparecimento dos Holandeses nos mares do Oriente afectou profundamente a vida da pequena colónia. Desde 1580 até 1602, prosperou, bafejada pela sorte e pelo comércio do Japão. Centro missionário de todo o Oriente, foi Macau a base eclesiástica donde partiram os grandes obreiros da evangelização dos dois grandes reinos sínico e nipónico.

O Japão, encontrado em plena fragmentação feudal pelos Portugueses, evoluiu para a centralização. Os *daimios* foram desaparecendo pouco a pouco até que surgiu o imperador. Este, rejeitando a liberdade religiosa concedida anteriormente aos estrangeiros, tentou a divinização pessoal, como a melhor forma de atingir a unificação incondicionada do país. Surgiu então nova forma de religião, baseada sempre no

antigo Budismo. O *Shinto*, ou o *Shintoismo*, ultrapassou os quadros religiosos do Budismo, mas, aparentemente, permaneceu budista nas suas mais variadas e exóticas manifestações.

Perante este exclusivismo religioso, não havia lugar para o Cristianismo. Os missionários, portugueses, espanhóis e japoneses, caíram às centenas sob o gládio e os tormentos dos algozes. Os cristãos — homens, mulheres e crianças — reviveram no país do Sol Nascente os primeiros séculos das mais sangrentas perseguições. Morreram estóica e heròicamente aos milhares, aos muitos milhares. A Cristandade japonesa foi literalmente afogada em sangue.

Os Portugueses de Macau, feridos de morte no seu comércio nipónico, tentaram, por várias vezes, reatar as antigas relações de amizade e de tráfico, mas sem resultado algum. Os Japoneses já não necessitavam deles para nada, pois outros europeus tinham sido admitidos a restrito convívio comercial: os Holandeses. Estes, apesar de calvinistas, não se pejavam de praticar o *fumié*, abjecta cerimónia em que pisavam a imagem do Crucificado. Os Portugueses, cavaleiros-andantes do Cristianismo, preferiram morrer e perder todas as riquezas do comércio japonês a sujeitarem-se a tão ignominiosa cerimónia.

Em 7 de Janeiro de 1610 desvaneceram-se as últimas esperanças. André Pessoa, comandante do porto de Macau, levou a sua caraca *Madre de Deus* até o porto de Nagasaqui, tentando salvar o comér-

cio macaense, o prestígio português e a honra cristã. Perdeu o primeiro, mas salvou nobremente os segundos. Os Japoneses, surdos aos seus apelos humanos, tentaram durante três longos dias assaltar a frágil embarcação lusitana. Os juncos japoneses empilharam-se uns contra os outros, em implacável cerco: o número acabaria por vencer a coragem dos poucos defensores lusitanos.

Na data mencionada, porém, André Pessoa fez voar pelos ares a sua querida *Madre de Deus*, lançando fogo ao paiol da pólvora. As águas da baía japonesa engoliram — em estranho e comum ritual — os corpos de algumas dezenas de Portugueses, misturados com os de alguns milhares de Japoneses.

Os Holandeses, senhores já do comércio nipónico e do domínio marítimo, rondavam amiudadas vezes o porto de Macau, tentando conquistá-lo. Em 1615, o *Leal Senado* criou novo cargo, exigido pela acuidade das circunstâncias: o de *governador de guerra* da cidade, encarregado da sua defesa. O seu primeiro titular foi Francisco Lopes Carrasco. Em 24 de Junho de 1622, os Holandeses apresentam diante da cidade uma poderosa esquadra de 17 navios. Pouco depois, efectua-se, quase sem resistência, o desembarque de mais de 800 homens, bem armados, sob o comando supremo do almirante Kornelis Van Reyerszoon.

A cidade, mal defendida, parece já terreno conquistado. Os Holandeses dirigem-se, afoitos, para o centro da povoação. Ao passarem ao sopé da pequena colina do Monte, encontram, porém, a primeira surpresa: uma pequena bataria de quatro canhões, comandada pelo jesuíta P.e Rho, despeja sobre as compactas fileiras inimigas todos os seus projécteis. Os Holandeses, mal refeitos do pânico, são atacados então por todos os habitantes de Macau: Portugueses, Chineses e Africanos escravos, que os perseguem implacàvelmente, até à morte.

Ainda hoje se celebra em Macau, em 24 de Junho, a façanha: o Leal Senado assiste na Sé catedral a solene *Te-Deum*.

Facto curioso: as vitórias portuguesas contra os Holandeses eram também celebradas no território chinês vizinho e até em Cantão, como se de vitórias nacionais se tratasse. Os Chineses só queriam os Portugueses como vizinhos.

De 1640 a 1717 multiplicam-se as interferências chinesas em Macau. A dinastia Ming terminou os seus dias em 1644, sendo substituída pela Manchu. Os Portugueses, apesar de haverem ajudado militarmente os últimos esforços dos Ming para manterem o trono, não foram maltratados pelos Manchus, porque a missão portuguesa de Pequim, chefiada pelo P.e Adão Schall, soube concitar a simpatia imperial de tal forma que chegou a haver esperanças, em Macau, da conversão do próprio imperador Kang-Hi.

Depois, várias questões envenenaram o ambiente: os Ritos Chineses, por um lado, a instalação em Macau da Alfândega e Tribunal chineses, por outro. Macau teve de dobrar-se repetidas vezes a verdadeiros vexames. Iam longe os tempos da prosperidade e riqueza: agora, vivia-se com os restos do comércio chinês. Organizaram-se várias embaixadas portuguesas à corte de Pequim: todas elas foram bem recebidas, e os Portugueses puderam defender, com brio, os seus interesses. O mal, porém, não estava em Pequim, nem mesmo em Cantão. Estava, sim, nas autoridades ou mandarins de Heong-San. Eram eles os únicos em contacto directo com Macau e era com eles que os Portugueses tinham de tratar. As ordens imperiais chegavam até Heong-San e eram cumpridas... mas depois de devidamente interpretadas. Ora, a interpretação é, muitas vezes, verdadeira desvirtuação.

Por seu lado, o cargo de *governador de guerra* havia-se transformado, pouco a pouco, em *capitão-geral* ou *governador*, à semelhança das outras praças do império português. Registaram-se profundas divergências entre estes capitães e o Leal Senado. Este pretendia governar a cidade, deixando àqueles apenas a sua defesa. Aqueles, pelo contrário, tendiam para a acumulação de poderes. O Leal Senado, eleito pelos moradores, era sempre composto de Macaenses que, nados em Macau ou oriundos de Portugal, se sentiam presos à cidade por laços familiares ou

comerciais. Os capitães-gerais, pelo contrário, eram quase sempre de nomeação quer da Metrópole, quer de Goa.

O Leal Senado, fiel à sua política de prudência — que tantas vezes se confunde com pusilanimidade — inclinava-se, em geral, à cedência pura e simples perante todas as exigências chinesas. O certo é que as questões se resolviam sempre, quer à custa de elevados presentes, quer ainda de bem conduzidas negociações. Os capitães, escolhidos entre o elemento militar metropolitano, mostravam-se, por via de regra, mais severos e resolutos. Quando, porém, a situação se complicava, eram obrigados, mau grado seu, a adoptar a política de conciliação já tradicional.

O século XIX começou mal para os Portugueses, como se sabe. Em Macau, os Ingleses apareceram solícitos a quererem proteger a pequena colónia contra as ambições francesas. As circunstâncias favoreciam os seus intentos de se apoderarem dum ponto qualquer no sul da China, donde pudessem dominar o comércio com o Celeste Império. O ouvidor Miguel de Arriaga Brum da Silveira soube, porém, com a sua diplomacia, ao mesmo tempo enérgica e hábil, afastar o perigo. Os Ingleses não ocupariam Macau, mas a guerra do ópio, em 1842, dar-lhes-ia a posse de Hongkong.

Em 1809 e 1810 Macau viveu novamente dias de mais pura exaltação patriótica. Os Chineses, a bra-

ços com o famoso pirata Cam-Pau-Sai, foram derrotados uma, duas e várias vezes. Por fim, pediram auxílio a Macau. Brum da Silveira reuniu os homens disponíveis e confiou-os ao comando do capitão de artilharia Alcoforado. A força portuguesa, composta por 6 pequenos navios que montavam 118 canhões, não ia além de 730 homens! Cam-Pau-Sai, pelo seu lado, comandava numerosíssima frota de juncos, munidos de 1.200 bocas de fogo e defendidos por 16.000 homens! Deu-se o recontro inicial, repetiu-se a batalha, e, ao cabo de vários combates, todos perto de Lantau, registou-se o inesperado: Cam-Pau-Sai entregou-se a Brum da Silveira!

Era lícito esperar, depois deste substancial auxílio ao prestígio chinês, que as autoridades de Cantão tratassem melhor a pobre cidade de Macau. Não aconteceu isto, porém, e a total libertação da cidade às arbitrariedades dos Mandarins realizou-se apenas durante o governo do heróico governador Conselheiro João Maria Ferreira do Amaral (1846-1849). Desapareceu o Tribunal chinês, desapareceu a Alfândega chinesa e desaparecram todos os vestígios das antigas *servidões internacionais*. Macau tornou-se, na verdade, independente da China.

3) DESDE 1834 ATÉ NOSSOS DIAS

Em 22 de Agosto de 1849, Ferreira do Amaral foi vilmente assassinado, perto das Portas do Cerco, por sete sicários chineses. Macau viveu, durante alguns

dias, as mais críticas horas da sua história, na iminência de invasão chinesa. As Portas do Cerco, abandonadas desde o assassínio de Ferreira do Amaral, não podiam valer de nada. O Conselho Administrativo ordenou que se ocupassem, sem demora, as ditas Portas, repondo nelas a devida autoridade portuguesa. Em cumprimento desta ordem, para lá partiu o jovem tenente de Artilharia Vicente Nicolau de Mesquita, natural de Macau.

O fronteiriço forte chinês de Passaleão, a menos de dois quilómetros de distância, porém, bombardeava as posições portuguesas, como que a preparar o ataque frontal, levado a efeito por cerca de 2.000 soldados que guarneciam o citado forte. E o pior era que as três peças portuguesas das Portas do Cerco não tinham o tiro suficientemente longo e que pudesse alcançar os atacantes chineses!

A alternativa impunha-se: ou atacar o forte de Passaleão ou abandonar as Portas do Cerco! Nicolau de Mesquita não hesitou, e ofereceu-se ao Conselho Administrativo para a arriscada empresa. Obtida a necessária licença, lançou-se destemidamente ao assalto, à frente de *36 homens*, apoiados por um morteiro. Os Chineses, magnetizados por esta loucura, abandonaram o forte e fugiram.

A notícia foi recebida com alvoroço em Macau. Mas a alegria cedo foi substituída pela mais tensa expectativa: estava-se em guerra com a China. Parecia impossível, mas era a realidade. Que faria agora o Celeste Império?

Nada aconteceu, felizmente. A tensão desanuviou-se pouco a pouco, reatando-se a breve trecho as antigas e amistosas relações entre os dois países.

Em 1887, o governador Tomás de Sousa Rosa conseguiu que a China reconhecesse, oficialmente, a colónia de Macau como possessão portuguesa. Foi pena não se terem ventilado, na ocasião, várias questões pendentes a respeito das outras ilhas sobre as quais Portugal mantém ainda hoje justas reivindicações. Mas confesse-se que o reconhecimento chinês constituiu autêntico motivo de regozijo. Acabara-se, de vez, com uma situação cheia de dificuldades e de agoirentas hipóteses.

Desde então até nossos dias, Macau tem vivido em constante progresso. O entendimento entre Portugueses e Chineses é perfeito. As obras do porto, às quais já nos referimos, têm dominado as atenções gerais e é de supor que continuarão, durante algum tempo ainda, a prevalecer sobre todos os outros cuidados.

Macau, alcunhada injusta e intencionalmente como a «Monte-Carlo do Extremo-Oriente», é, sem favor, a mais limpa cidade oriental. Limpa em todo o sentido. O ópio, sobre o qual tanto se escreveu, constituiu rigoroso monopólio do Estado, enquanto a S. D. N. o admitiu. Após a segunda guerra mundial, o Governo português, de acordo com o inglês de Hongkong, aboliu-o pura e simplesmente. Mais do que isso: Macau instalou num dos seus hospitais uma clínica destinada a curar os opiómanos, e é consolador registar que são vários os doentes que doutras cidades acorrem a Macau, a fim de se curarem.

A cidade apresenta hoje aspecto franca e animadoramente prometedor. A crise mundial fustigou-a também, como era inevitável, mas os Macaenses habituaram-se, há séculos, a vencer graves crises. Passado o pesadelo da guerra japonesa, Macau retomou o seu caminho... para o progresso e para o futuro.

NÓTULA BIBLIOGRÁFICA

1. *Anuário de Macau de 1950.* — Macau. Imprensa Nacional. 1950.
2. *Obras e melhoramentos efectuados em Macau no último triénio.* Setembro de 1947-Setembro de 1950. — Macau. Imprensa Nacional, 1950.
3. Silva Rego (António da) — *A Presença de Portugal em Macau.* — Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1946.
4. Eudore de Colombon e Cap. Jacinto J. N. Moura — *Resumo da História de Macau.* — Macau, Tipografia do Orfanato da I. C. 1927.

ÍNDICE

PREFÁCIO 5
CAPÍTULO I. *GEOGRAFIA FÍSICA* 7
1. Situação 7
2. A terra 8
3. O clima 10
CAPÍTULO II. *GEOGRAFIA HUMANA* 15
1. População marítima 15
2. População terrestre 18
3. População chinesa e população portuguesa 19
CAPÍTULO III. *GEOGRAFIA ECONÓMICA* 23
1. Indústrias 23
2. Comércio 25
3. Comunicações 27
4. O porto de Macau 28
CAPÍTULO IV. *A ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA EM MACAU* 31
1. Situação particular de Macau 32
2. A assistência em Macau 34
CAPÍTULO V. *UM POUCO DE HISTÓRIA* 41
1. De 1557 a 1583 41
2. De 1583 a 1834 51
3. De 1834 até nossos dias 60
NÓTULA BIBLIOGRÁFICA 65
ÍNDICE 67